

Câmara Municipal de São Paulo

CONFIDENTIAL - NOT FOR RELEASE

ADDITIONAL TELETYPE OR RADIO MESSAGE

SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO DECISÓRIO

PACUETO DE RESOLUCIÃO

CS 0064/2001 DE 2001

1. NAME OF THE PARTY : THE COMMUNIST PARTY OF INDIA
 2. NAME OF THE PARTY : THE COMMUNIST PARTY OF INDIA

00-0047601 92 04/12/92

PROBABLE. VULNERABLE

C E N T A L

"INSTITUI-SE PROGRAMA DE ESTAGIOS DA CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO PARA ESTUDANTES UNIVERSITARIOS NAS SUAS ASSessorIAS TECNICAS E NOS SEUS DEPARTAMENTOS, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS."

D E C I M A L S



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 01 do proc.

Nº 64 de 01

Adelina Lucine - Ass. Parlamentar
100.406

LIDO **PROJETO DE RESOLUÇÃO**

AS COMISSÕES DE: **24 OUT 2001**

Constituição e Justiça
Administração Pública
Finanças e Organismo

[Assinatura]
PRESIDENTE

03 - PR
03-0064/2001

Institui o Programa de Estágios da Câmara Municipal de São Paulo para estudantes universitários nas suas Assessorias Técnicas e nos seus Departamentos, e dá outras providências.

CHSP - ATM

-24-Out-2001-15:06-000559

A Câmara Municipal de São Paulo RESOLVE:

Artigo 1º - A Câmara Municipal de São Paulo admitirá semestralmente até 20 (vinte) estudantes universitários de cursos de graduação, na categoria de estagiários, para desenvolver atividades de pesquisa e de complementação de sua formação acadêmica e de iniciação profissional nas suas Assessorias Técnicas e nos seus Departamentos Administrativos, exceto no DT.8 (Departamento Médico e no DT. 10 (Departamento de Taquigrafia).

§ 1º. O Programa de Estágios estará aberto às instituições oficiais e reconhecidas de ensino superior que assinarem Termo de Colaboração com a Câmara Municipal de São Paulo.

§ 2º. Só poderão ser admitidos como estagiários alunos de cursos universitários de graduação de carreiras que exijam estágio curricular obrigatório e que tenham afinidade com o trabalho desenvolvido nessa Edilidade, como Administração Pública, Ciências Contábeis, Ciências Sociais, Direito, Biblioteconomia, Informática, Engenharia, Arquitetura e Urbanismo.

§ 3º. O estágio de que trata esta resolução não terá natureza que caracterize ingresso no serviço público ou relação empregatícia, podendo a Câmara, a critério da Mesa Diretora, pagar a cada estagiário, a título de ajuda de custo, o equivalente ao valor da referência inicial do funcionalismo municipal (DAI-02), mais vale transporte e vale alimentação.

§ 4º. Para formalizar o estágio será assinado Termo de Compromisso entre a Câmara Municipal de São Paulo e o estagiário.

§ 5º. Durante a vigência do seu Termo de Compromisso o estagiário será incluído na cobertura do seguro contra acidentes pessoais da Instituição de Ensino a que pertencer, ou de Agente de Integração por ela

Seção de Publicação e
Edição de Anais - DT-10

25 OUT 2001

13h *[Assinatura]*

RECEBIDO NA A. T. M.

Em 18, 10, 01

às 14 horas.

CM 26 - A 14

-54-011-5001-12:08-000228

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE(M) juntado(s) nesta data documento(s) rubricado(s)

sob nº 224 e folha de informação sob nº

5 31/10/01 Adelina

Adelina Cicone

Assistente Parlamentar

Registro 100.406



Câmara Municipal de São Paulo

designado, que indicará o número da apólice e nome da Companhia Seguradora, consoante o art. 8º do Decreto Federal nº 87.497/82.

§ 6º. O estágio ora instituído terá duração de até 6 (seis) meses, podendo ser renovado por idêntico período por uma única vez, sendo que a carga horária será flexível, para o cumprimento do calendário acadêmico, tendo como base quatro horas diárias.

§ 7º. A instituição universitária se responsabilizará pela orientação científica durante todo o desenvolvimento do estágio, bem como pelo processo de avaliação, cabendo à Câmara Municipal de São Paulo somente o acompanhamento administrativo e a verificação da efetiva realização do mesmo.

Artigo 2º - A coordenação geral dos estágios será atribuição da Assessoria Técnica de Recursos Humanos - ATR, que terá as seguintes competências:

- I. Fixará diretrizes e normas gerais para o cumprimento dos estágios, *ad referendum* da Mesa da Câmara;
- II. Fará semestralmente o levantamento das oportunidades de estágio nas Assessorias Técnicas e nos Departamentos Administrativos da Casa;
- III. Fará as inscrições e controlará o preenchimento ou remanejamento das vagas para estágio de acordo com a capacidade das Assessorias Técnicas e nos Departamentos Administrativos da Casa;
- IV. Firmará com o estudante selecionado o respectivo Termo de Compromisso, bem como outros documentos essenciais à formalização do estágio;
- V. Elaborará, mensalmente, as folhas de pagamento dos estagiários, bem como providenciará as medidas necessárias para a efetivação do pagamento da ajuda de custo;
- VI. Procederá ao cancelamento da ajuda de custo dos estudantes que não cumprirem o Termo de Compromisso.

Artigo 3º - A admissão de estagiários pela Câmara terá como condições:

Inscrição do interessado no Programa de Estágios da Câmara Municipal de São Paulo a qualquer tempo na Assessoria Técnica de Recursos Humanos (ATR), solicitando a realização do estágio em determinada Assessoria Técnica ou Departamento Administrativo:

- I. Comprovação de que está cursando, no mínimo, o 3º (terceiro ano de graduação);
- II. Comprovação da obrigatoriedade do estágio para o curso do candidato;
- III. Apresentação de projeto de estágio, a ser orientado por professor do curso e acompanhado pela Chefia da Assessoria ou do Departamento onde o estágio for realizado;
- IV. Compromisso de entrega, ao final do estágio, de uma via do Relatório Final realizado de acordo com os padrões das monografias científicas, a ser doado à biblioteca do Poder Legislativo Municipal;
- V. Cumprir cabalmente as estipulações do Termo de Compromisso, sob pena



Folha nº 03 do proc.

Nº 64 de 01

Adelina G. de - Ass. P. de
RF. 100.406

Câmara Municipal de São Paulo

de desligamento do programa e cancelamento da ajuda de custo.

§ 1º. Na hipótese em que o número de projetos de realização de estágio for superior ao número de vagas oferecidas, caberá à Mesa da Câmara Municipal, selecionar, a seu critério, com base nas suas finalidades institucionais, necessidades administrativas e mérito dos projetos apresentados, os nomes dos admitidos.

§ 2º. A mesa da Câmara Municipal poderá, a qualquer tempo, promover o desligamento do estagiário do programa de estágio ora instituído.

Artigo 4º - A Mesa da Câmara Municipal celebrará Termos de Colaboração com as instituições universitárias interessadas no desenvolvimento do programa de estágios.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da aprovação desta resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 6º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, de outubro de 2001.

CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR
Vereador



Câmara Municipal de São Paulo

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de resolução tem por escopo não só permitir que a Câmara abra alternativas para o aprimoramento de alunos universitários que estejam cursando cursos de graduação em carreiras ligadas à atividade pública e que exigem estágio curricular, mas a criação de pontes entre a juventude universitária e a Câmara Municipal paulistana. Num relacionamento necessário e que será profícuo para ambas as partes.

A imagem negativa do Poder Legislativo municipal junto à opinião pública tem muitas causas, mas, sem dúvida, a desinformação é um fator relevante para tal desprestígio. Um programa de estágios constitui uma excelente forma, para que por um lado a sociedade conheça essa Edilidade e por outro que a Câmara Municipal se oxigene, com os conhecimentos que os jovens universitários dominam e que eventualmente possam ser aplicados às rotinas burocráticas do Poder Legislativo municipal.

Não há Democracia sem Parlamento transparente. Não há Democracia de verdade sem cidadãos interessados nas atividades do Parlamento, que acompanhem seus trabalhos e participem da vida pública, sugerindo idéias, cobrando posições, enfim, pressionando seus representantes. Isso vale para as três esferas da Federação. Nesse sentido, o Programa de Estágios, ora proposto visa também despertar vocações para o serviço público, especialmente no Poder Legislativo, numa conjuntura histórica de desvalorização e privatização do Estado.

O desenvolvimento do Programa de Estágios permitirá ainda um relacionamento permanente entre a universidade detentora e transmissora do conhecimento e o Legislativo municipal paulista, que muito contribuirá para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, para o exercício da cidadania de nossos jovens e para a valorização do interesse público.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

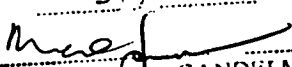
Papel para informação, rubricado como folha n° 05

do processo n° 03- 64 de 20 01 31 , 10 01 (a) Adelina

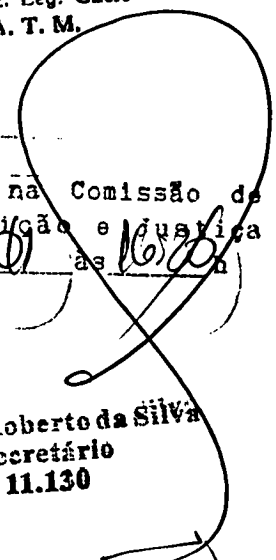
Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406

Ao Senhor Assessor Chefe,
Sobre o assunto, consta;
Em 31-10-01
PR 57/01 Andamento


INÁCIO VEIGA
Oficial Legislativo
RF. 11.132

A Com. de Const. e Justiça
31 / 10 / 01

BRINO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chefe
A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 31/10/01 às 16:00h


Carlos Roberto da Silva
Secretário
11.130

Ao Nobre Vereador
para relatar

Sala da Comissão de Constituição e Justiça
Em 29 de 11 de 2001

Presidente

Encaminhe-se, em 29 de 11 de 2001

Presidente da CCJ

Redistribuído ao Nobre Vereador
para relatar

Sala da Comissão de Constituição e Justiça
Em 07 de março de 02

Presidente

SEGU E juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado
sob folha nº

Em 22 03 02

(a)

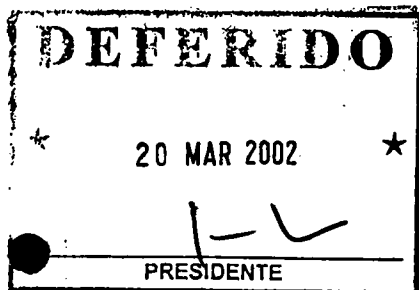
Carlos Roberto da Silva
Secretário

11.130



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 06 do
Processo nº 64/01
Carlos Roberto Silva
Reg. 1.130



REQUERIMENTO "D"

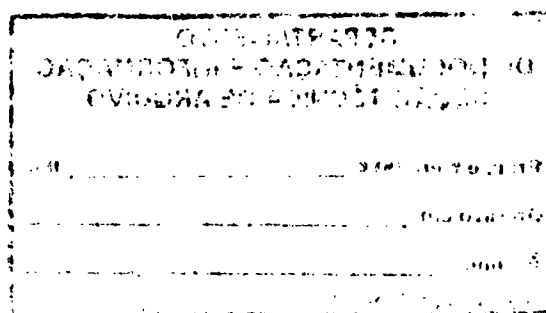
13 - RDS
13-0470/2002

Senhor Presidente,

Tendo em vista o Ato nº 758/02 publicado no D.O.M. de 5 de março de 2002, requiro o arquivamento do Projeto de Resolução nº 064/2001 de minha autoria.

Sala das Sessões, 20 de março de 2002.

CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR
VEREADOR



Serviço de Publicação e
Edição de Anais
DT-10

21 MAR 2002

132

ABO

A Com. de Constituições e Justiça
21 / 03 / 2002

Breno Gandelman
Assessor Tec. Leg. Chefe
A. T. M.

Recebido na Comissão da
Constituição e Justiça
Em 21.3.02 às 18:50 h

Fábio de Castro Paiva
Secretário

AO DT. 94

22.03.02, para regulamentar L.

Carlos Roberto da Silva
Secretário
11.130

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO	
Proc. encerrado em	<u>06 (seis)</u> ds.
Arquivo em	<u>25-3-2002</u>
Func.º	<u>UNA ANGELICA MARENGO VAS</u>
Documentalista - RF 100.927	